LEI Nº 2.257/2012

Altera a Lei nº 2.148/2011 e dá outras providências.

O Povo do Município de Viçosa, por seus representantes legais, aprovou e eu, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 2.148/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O Conselho Municipal Antidrogas será composto pelos seguintes membros:

- I- representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- II- representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- III- representante da Secretaria Municipal de Educação;
- IV- representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- V- representante da Universidade Federal de Viçosa;
- VI- representante da Câmara Municipal de Viçosa;
- VII- representante da Polícia Militar de Minas Gerais;
- VIII- representante da Polícia Civil de Minas Gerais;
- IX- representante da Casa de Promoção Bezerra de Menezes;
- X- representante do Lions Clube de Viçosa;
- XI- representante do Conselho Municipal de Segurança Pública (CONSEP);
- XII- representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- XIII- representante da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC);
- XIV- representante da ASAV – Servidores Administrativos da UFV;
- XV- representante do Grupo Amor Exigente;
- XVI- representante da Associação Comercial de Viçosa.

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 2.148/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O suporte técnico e administrativo para o funcionamento do COMAD é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, inclusive no tocante a instalações, equipamentos e recursos humanos”.

Art. 3º O § 1º do art. 9º da Lei nº 2.148/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º

§ 1º - O FUMPAD será gerido pela Secretaria Municipal de Finanças e será vinculado ao orçamento da Secretaria Municipal de Saúde”.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, inclusive a Lei nº 2.164/2011.

Viçosa, 17 de setembro de 2012.

Celito Francisco Sari
Prefeito Municipal

(A presente Lei é originária de projeto de autoria da Vereadora Cristina Fontes Araújo Viana, foi aprovada em reunião da Câmara Municipal, no dia 27/08/2012).